

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

(teste de avaliação) – Prof.^ª Dr.^ª Anja Bothe

26 de Outubro de 2009

I.

Segundo que critério(s) se distingue o direito público e o direito privado ? (4 v.)

Resposta:

Distinção pelo critério da Natureza de Interesses

Direito Público	Conjunto das normas que tutelam os interesses da colectividade (ex.: urbanismo)
Direito Privado	Conjunto das normas que tutelam os interesses particulares (ex.: normas que regulam os interesses dos senhorios)
Crítica	Na verdade, todas as normas jurídicas, mesmo as de Direito Privado, são elaboradas tendo em conta interesses públicos. Por outro lado, as normas de Direito Público visam salvaguardar os interesses públicos, mas também tutelam interesses privados.

Distinção pelo critério da Qualidade dos Sujeitos

Direito Público	Conjunto das normas que regulam as relações em que intervenha o Estado ou qualquer ente público geral
Direito Privado	Conjunto de normas que regulam as relações entre particulares
Crítica	O Estado e demais entes públicos podem actuar nos mesmos termos que qualquer particular

Distinção pelo critério da Posição dos Sujeitos na Relação Jurídica

Direito Público	Conjunto das normas que regulam as relações em que intervenha o Estado ou qualquer ente público geral dotado de supremacia (ex.: Direito fiscal, penal)
Direito Privado	Conjunto das normas que regulam as relações entre cidadãos ou entre estes e o Estado ou qualquer ente público, mas numa relação de igualdade, e não de superioridade e de inferioridade

Crítica	Este critério é que se mostra mais adequado à codificação moderna.
---------	--

II

Que diferença há entre uma norma especial e uma norma excepcional quanto aos respectivos conceitos e regimes? (4 v.)

Resposta:

Enquanto as normas especiais adaptam um regime geral a uma situação particular sem contrariar a norma geral, as normas excepcionais estabelecem um regime contrário ao que consta da norma geral.

Se a norma especial não existisse, aplicava-se a norma geral. A norma geral (ou o direito comum, ou o regime - regra) é subsidiária em relação à norma especial (ou ao direito especial).

Art. 11.º C. C: As normas excepcionais não comportam aplicação analógica, mas admitem interpretação extensiva.

III

Como se diferenciam as normas injuntivas e as dispositivas? Porque é que o legislador prevê normas injuntivas? (4 v.)

Resposta:

As normas injuntivas (ou imperativas ou cogentes) não podem, no âmbito da autonomia privada, ser afastadas, sendo então sempre aplicadas. Elas podem ser preceptivas ou proibitivas.

Normas dispositivas estão à disposição das partes. Elas podem ser facultativas ou permissivas, interpretativas e supletivas.

O legislador prevê normas injuntivas para garantir determinadas condições mínimas da relação jurídica. Muitas vezes, o objectivo de garantir estas condições mínimas consiste na protecção da parte mais fraca da relação jurídica, por exemplo numa relação de âmbito laboral, ou de arrendamento de habitação.

Como se sabe se uma regra é injuntiva ou dispositiva?

Caso o legislador não diga nada, temos de verificar caso por caso se a regra é ou não essencial à fisionomia daquele instituto, se pode ou não ser posta de parte sem que se rompa o equilíbrio dos interesses que foram tidos em conta pelo legislador. A análise e a valoração de cada preceito revelam-se, afinal, o elemento decisivo.

IV

Identifique os elementos estruturais da norma jurídica contida no artigo 122.º do Código Civil. (4 v.)

Artigo 122.º C. C: *“É menor quem não tiver ainda completado dezoito anos de idade.”*

Resposta:

“quem não tiver ainda completado dezoito anos de idade.” É o antecedente/ a previsão/ a hipótese legal/ o tipo legal ou a facti-species.

“É menor” é o consequente/ a estatuição.

V

Diga o que se entende por *vacatio legis* e qual o seu regime legal. (4 v.)

Resposta:

A *vacatio legis* é o lapso de tempo que deve sempre haver entre a publicação e a entrada em vigor da lei.

Artigo 5.º, n.º 2 C. C: *“Entre a publicação e a vigência da lei decorrerá o tempo que a própria lei fixar ou, na falta de fixação, o que for determinado em legislação especial.”*

O artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 74/98 dispõe que *“os actos legislativos e os outros actos de conteúdo genérico entram em vigor no dia neles fixado, não podendo, em caso algum, o início da vigência verificar-se no próprio dia da publicação”*.

Relativamente ao silêncio da lei quanto ao dia da sua entrada em vigor, o artigo 2.º dispõe supletivamente que os actos legislativos e outros actos de conteúdo *genérico* *entram em vigor, em todo o território nacional e no estrangeiro, no 5.º dia após a sua publicação*.